

**HABEAS CORPUS Nº 507.696 - SP (2019/0123733-3)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : BRUNO RODRIGUES ALVES**  
**ADVOGADO : BRUNO RODRIGUES ALVES - SP350693**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ANTONIO SERGIO GONCALVES**

**EMENTA**

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PROGRESSÃO DE REGIME. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSIÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO CAUSADO PELA INFRAÇÃO PENAL. LEGALIDADE (ART. 33, § 4º, DO CP). CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.  
Ordem denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Antonio Sergio Gonçalves**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narram os autos que o paciente cumpre pena de 5 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, em razão de condenação por crimes contra a Administração Pública (PEC n. 0008720-30.2017.8.26.0496).

Em tempo oportuno, a defesa ajuizou pedido de progressão de regime prisional perante o Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da comarca de Ribeirão Preto/SP, que condicionou a concessão do benefício à reparação do dano causado pela infração penal (fls. 57/58).

Inconformada, a defesa interpôs agravo de execução penal na colenda Corte de origem, que negou provimento ao apelo (fls. 78/88 - Agravo de Execução Penal n. 0014537-60.2018.8.26.0037):

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL - Decisão que, com fundamento no artigo 116 da Lei de Execução Penal, alterou as condições anteriormente estabelecidas por ocasião da progressão do sentenciado ao regime aberto, dispensando-o de comprovar o exercício de trabalho lícito e impondo-lhe a condição de reparar o dano causado ao erário público, no prazo de 2 (dois) meses, com a observação de que se necessário for, poderá requerer o parcelamento do pagamento - Insurgência defensiva objetivando a reforma parcial do r. decisum, para que o sentenciado seja dispensado da condição especial prevista no artigo 33, § 4º, do Código Penal, sob o

argumento central de que ele não possui condições financeiras para implementá-la, ainda que de maneira parcelada. Ademais, se a progressão de regime não pode ser indeferida por circunstâncias alheias à vontade do reeducando, o benefício já concedido, nesse contexto, também não pode ser revogado, mormente se for considerado que os valores fixados na r. sentença condenatória, a título de reparação de danos, representam dívida de valor, ou seja, em caso de inadimplemento, a execução da pena pecuniária será realizada com a aplicação das normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, sendo vedada a sua conversão em pena privativa de liberdade - Descabimento - As decisões proferidas na fase da execução da pena estão subordinadas à regra "*rebus sic stantibus*", operando-se apenas a coisa julgada formal - Requisito objetivo previsto no artigo 33, §4º, do Código Penal, não satisfeito - Exigência, no esteio de precedente do Pretório Excelso, que não padece de inconstitucionalidade - Alegado quadro de hipossuficiência econômica que não exime o sentenciado de cumprir o referido requisito legal, fruto de processo legislativo idôneo - O dever de reparação do dano causado ao erário não constitui sanção complementar à pena aplicada, e sim uma devolução dos proveitos do ilícito, de modo que não pode ser equiparado à pena de multa e, conseqüentemente, convertido em dívida de valor - Decisão mantida - AGRAVO DESPROVIDO.

Aqui, o impetrante alega que *a progressão de regime prisional é um direito do condenado, de modo que, preenchidos os requisitos de tempo de cumprimento de pena e de bom comportamento, a reparação do dano imposta pela sentença, deve ser paga, desde que o condenado tenha condições para tal* (fl. 7).

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja afastada a condição especial consistente em reparação do dano, para efetivação da progressão de regime prisional.

Em 3/5/2019, indeferi o pedido liminar (fls. 97/100).

Prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora (fls. 103/120), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 122/126):

**HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REPARAÇÃO DO DANO CAUSADO AO ERÁRIO. CONDIÇÃO. ART. 33, § 4º, DO CP. CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS.**

É o relatório.

Busca a impetração a concessão da progressão de regime ao paciente, independente do cumprimento da condição especial consistente em reparação do dano causado pela infração penal, praticada contra a Administração Pública.

Ocorre que este Superior Tribunal tem entendimento consolidado no sentido de que o dispositivo legal que prevê a referida condição (art. 33, § 4º, do CP) encontra-se plenamente em vigor e deve ser observado.

A propósito:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. CONSTITUCIONALIDADE. ART. 33, § 4º DO CÓDIGO PENAL. PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ÓBICE. SÚMULA 7 DO STJ. REEXAME. CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

II - Para que se possa delimitar a *quaestio*, necessário se faz modular a exegese traçada pela norma penal inserta no art. 33, § 4º do CP, principalmente, quanto à necessidade, ou não, de se aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória, para, só então, tornar exigível a reparação do dano fixada na sentença, como um dos pressupostos para a progressão de regime.

III - ***In casu*, constata-se que a fundamentação do acórdão objurgado se encontra de acordo com o entendimento da c. Suprema Corte, no ponto em que reconheceu como constitucional o art. 33, § 4º, do CP, que condiciona a progressão de regime, no caso de crime contra a Administração Pública, à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito.**

IV - É firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de recursos extremos, tendo em vista o estreito limite quanto ao âmbito de cognição, deconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre a ausência de prova cabal da hipossuficiência do paciente para a reparação dos danos, uma vez que tal providência implica reexame do conjunto fático-probatório, procedimento incompatível com a via eleita e vedado pela Súmula 07 do STJ.

V - Não há flagrante ilegalidade, no presente caso, no indeferimento da progressão provisória de regime, visto que a execução antecipada da pena deve seguir os moldes da execução definitiva, produzindo todos os seus efeitos, eis que os recursos aos Tribunais Superiores não possuem efeito suspensivo.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.747.141/PR, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/12/2018 - grifo nosso)

***HABEAS CORPUS*. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. ART. 1º, I, DECRETO-LEI 201/67. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REPARAÇÃO DO DANO. CONDIÇÃO PARA A PROGRESSÃO DE REGIME. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA DETERMINAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIR**

A OBRIGAÇÃO. APROFUNDADO EXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício, em homenagem ao princípio da ampla defesa. **II - "É constitucional o art. 33, § 4º, do Código Penal, que condiciona a progressão de regime, no caso de crime contra a Administração Pública, à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito." (EP 22 ProgReg-AgR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Roberto Barroso, PUBLIC 18-03-2015).**

III - Inviável o exame acerca da alegada impossibilidade de reparar o dano na via estreita do habeas corpus, instrumento que não permite aprofundado exame do acervo fático probatório.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 417.971/PB, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 8/5/2018 - grifo nosso).

Ademais, o impetrante sustenta que o paciente não possui condições financeiras de arcar com a reparação do dano, mas não fez prova nenhuma do alegado.

Em face do exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator